

A ECONOMIA DE ANGOLA: DA INDEPENDÊNCIA À CRISE MUNDIAL DE 2008

Jonuel Gonçalves*

RESUMO

Desde o fim da escravatura, a economia de Angola caracteriza-se pela atividade extrativa. Na maior parte do século XX, o café e os diamantes ocuparam as primeiras posições. A partir da década de 1970, com a descoberta de petróleo na costa angolana, o país foi alçado à condição de importante produtor mundial. A economia ganhou contornos de quase monoexportadora, e o petróleo passou a financiar tudo: importações alimentares para substituir a produção perdida, reposição de maquinarias nas indústrias e esforço de guerra. Neste cenário, a crise de 2008 representou momento extremamente crítico para a economia angolana, devido à queda do preço do petróleo. Dessa forma, este artigo tem como objetivo realizar uma análise histórica de Angola, desde a independência até a crise de 2008, e seus desdobramentos.

ABSTRACT

Since the end of the slavery, the Angolan economy is characterized by the production of primary goods. In the major part of the XX Century, coffee and diamonds were the main exports. In the early 1970s, the country has been elevated to the status of major world producer of oil after the discovery of deposits in the Angolan coast. Since then, the Angolan economy has gained contours of mono-exporter and oil started to finance everything: food imports to replace lost production, replacement of machinery in industry and war effort. In this scenario, the crisis of 2008 was an extremely critical time for the Angolan economy due to the fall in oil prices. Therefore, this article aims to conduct a historical analysis of Angola since its independence until the 2008 crisis and its aftermath.

1 INTRODUÇÃO

Independente desde 11 de novembro de 1975, Angola viveu a maior parte do período que se estende até os dias de hoje¹ em guerra, encontrando a paz apenas nos oito anos mais recentes. Isto influiu bastante no desempenho econômico do país, atual detentor do segundo maior produto interno bruto (PIB) da região austral do continente africano, embora a grande distância da África do Sul e tendo ultrapassado Zimbábue em virtude da degradação econômica deste país.

Ao fator guerra foram adicionados outros elementos inibidores, como insuficiência de recursos humanos qualificados e persistência do extrativismo.

* Professor da Universidade Candido Mendes (UCAM), do Rio de Janeiro.

1. Texto escrito em novembro de 2010.

Previsões internas e internacionais apresentam o PIB angolano no final de 2010 em 87,5 bilhões de dólares, calculados pelo método de taxa de câmbio oficial (TCO), significando retomada no ritmo de crescimento a dois dígitos, após ter ocorrido em 2009, segundo o governo, subida de 2,9%, e, segundo círculos internacionais, contração de 0,9% (EIU, 2010).

Na estrutura geral deste mesmo PIB em 2008, quando a taxa de crescimento foi de 13,4% (BM, 2009), a agricultura equivalia a 6,6%, a indústria a 67,8% – dado essencialmente produzido pela extração, uma vez que a manufatura representava apenas modestos 4,8% –, e os serviços correspondiam a 25,7%.

Quaisquer que sejam as divergências nos cálculos, a comparação com 1998 é significativa, tendo em vista que, na época, o PIB, de Angola se limitava a US\$ 6,4 bilhões. Entre este ano e 2010, duas grandes alterações tiveram lugar, explicando o salto registrado: o fim da longa guerra civil em 2002, que reduziu as despesas militares e, logo em seguida, a subida do preço do petróleo, produto que representa ordens de grandeza de 60% do PIB e 90% das exportações.

Este progresso em termos macroeconômicos repercutiu de forma modesta nas condições gerais de vida dos cerca de 18 milhões de angolanos. A classificação de Angola na tabela mundial de PIBs é desproporcionalmente superior à ocupada no índice de desenvolvimento humano (IDH), desequilíbrio revelador da histórica má distribuição da riqueza.

O índice de bem estar da população (IBEP), lançado pelo governo (ANGOLA 2010), assinala que 36,6% vivem abaixo da linha da pobreza, segundo o método da renda diária de US\$ 2 (ANGOLA, 2010). Colocando em dúvida a pertinência deste valor – usado internacionalmente – para fixar hoje a linha da pobreza, outras fontes acreditam que a porcentagem seja superior.

Estas duas faces da conjuntura angolana são produto de longa caminhada histórica, desde que Angola começou a ser organizada como entidade territorial em 1576, com a fundação de Luanda. Eixo central da escravatura transatlântica durante quase três séculos, Angola teve o essencial de suas fronteiras fixadas por acordos coloniais no final do século XIX, quando iniciou o processo que lhe estabeleceu o perfil de exportador de bens primários, entre os quais, diamantes e café ocuparam as posições de topo até a década de 1960.

Nessa mesma década, teve início a guerra pela independência, e a então pequena exploração petrolífera ganhou hegemonia com a descoberta de novas jazidas *offshore*, uma hegemonia que até hoje permanece.

Em 11 de novembro de 1975, é declarada a independência e os dados econômicos vão passar por alterações, em função do novo contexto político.

2 CONTEXTO POLÍTICO

O calendário final para a independência do país foi estabelecido no Acordo de Alvor (Portugal), em janeiro de 1975, apresentando lacunas que conduziram à guerra civil pós-colonial. A principal delas era a vontade política das três forças reconhecidas no acordo de terem o monopólio não apenas do poder, mas também do próprio direito de expressão política. Tal vontade reduzia a intenção de se aplicar o que fora acordado.

A ausência de mecanismo eleitoral concreto e a negação de representatividade a dissidentes daquelas forças ou a pessoas politicamente independentes favoreceu o clima de intolerância e de confronto armado, fator que, por si só, esmaga a confiança necessária ao desenvolvimento de qualquer economia.

Nesse ponto, surgiu uma agravante: o acordo não prevê nenhum dispositivo elaborado de transição econômica.

Assim, a economia angolana apresenta, desde a independência, perfis de precariedade, provenientes da economia colonial ou decorrentes do ambiente político-militar ao longo de 27 dos 35 anos decorridos.

As características econômicas coloniais apresentam dois eixos que afetaram o período pós-colonial:

- primazia absoluta da extração simples na composição do PIB; e
- primazia absoluta na propriedade empresarial e na ocupação de funções técnicas, por estrangeiros, de fixação tão aleatória que estes abandonaram massivamente o país em virtude da mudança de estatuto político.

O ambiente político-militar provocou destruições e inibiu possibilidades produtivas em diversos espaços geográficos, ao mesmo tempo determinando uma nova pirâmide social e, por consequência, novas formas (em relação ao período colonial) de distribuição de funções e riqueza.

Não se trata apenas de constituição da camada no topo dessa pirâmide, mas de todo o conjunto e, nele, o surgimento de poderosos mercados informais e paralelos, cada vez mais integrados e muito influentes na definição da conjuntura.

Até a queda do muro de Berlim, Angola foi palco de confronto dos grandes atores da Guerra Fria, e o novo perfil da política internacional facilitou o Acordo de Nova Iorque sobre a África Austral, que determinou a retirada das tropas cubanas de Angola e sul-africanas da Namíbia a partir de 1989.

Em 1991, realizaram-se as primeiras eleições livres da história de Angola, com vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), já então

detentor do poder na maior parte do território desde a independência, e que fez uma bem-sucedida mudança do marxismo-leninismo para princípios da Internacional Socialista, à qual aderiu. Seu adversário armado, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), teve mais dificuldades em entender o fim da Guerra Fria e compreender as alterações da economia angolana durante os 16 anos de guerra pós-colonial.

A Unita acusou o MPLA de fraude eleitoral sem apresentar provas e, apesar da declaração da ONU confirmando que as eleições tinham sido geralmente livres e justas, negou-se a reconhecer os resultados.

Em outubro de 1991, o país voltou à guerra, desta vez em áreas muito habitadas e centrais para a economia. O nível de destruições provocou, no biênio 1992-1993, uma queda de 23% do PIB (ANGOLA, 1993).

Como fontes de financiamento do conflito, o governo mobilizou grande parte dos recursos petrolíferos e a Unita intensificou o controle sobre áreas diamantíferas, tornando-se exportadora ilegal de pedras preciosas, como outras forças insurrecionais na África.

Grandes batalhas tiveram lugar perto dessas áreas que o governo retomou, asfixiando a base econômica da rebelião, o que, somado à legitimidade internacional do governo em função das eleições de 1991, modificou alianças internacionais e isolou a Unita, até causar sua derrota militar em fevereiro de 2002, base para o acordo de paz dois meses depois.

Este acordo garantiu a existência da antiga rebelião como partido político e previu novas eleições, que tiveram lugar em setembro de 2008. Com a força decorrente de ter vencido a guerra, a conjuntura econômico-financeira favorável em função da alta do barril de petróleo a partir de 2004 e o enfraquecimento das oposições (tanto da Unita como dos agrupamentos não armados), o MPLA ampliou sua vitória, que tinha sido da ordem dos 52% em 1991, para um pouco acima de 80% em 2008.

3 ECONOMIA FORMAL

Na fase que vai do reconhecimento do direito à independência (junho de 1974) à sua proclamação (novembro de 1975), os mecanismos de controle econômico, tanto pelo Estado quanto pelas empresas, perderam força gradualmente, tornando possível o desenvolvimento de atividades paralelas. A transferência ilegal de bens para o exterior – pelos antigos colonos – e a ocupação “selvagem” de propriedades – por cidadãos nacionais – foram os dois elementos econômicos mais visíveis deste período.

Em novembro de 1975, o aparelho produtivo atingia um grau de paralisação assustador, e as novas autoridades não encontraram o caminho da sua recuperação, nem mesmo nos setores nos quais isto seria mais fácil, como a agricultura alimentar, a pesca e o pequeno comércio.

O abandono massivo por parte dos proprietários portugueses deu motivo suplementar aos responsáveis econômicos para tornar dominante a propriedade estatal, dado que sua então visão marxista (só formalmente declarada em finais de 1977) afirmava o Estado como “instrumento da classe operária e seus aliados, fator principal do desenvolvimento e da justa distribuição da riqueza”, conforme declaração final do I Congresso do MPLA em 1977.

Ao cabo de poucos meses do novo poder, no começo de 1976, os estoques alimentares assinalaram a cota de alarme e, enquanto novas importações eram decididas de forma pouco experiente, uma Comissão Nacional de Abastecimentos foi criada na então Secretaria de Estado do Comércio, com representantes de vários ministérios e uma decisiva assessoria cubana.

O setor privado ainda existente foi marginalizado e, além da estatização das empresas abandonadas pelas antigas administrações, uma gigantesca central de importações – a Importang – foi preparada para, em breve, monopolizar praticamente todo o comércio de importação. Mais tarde foi decomposta em unidades especializadas, mas o monopólio estatal manteve-se até 1990.

O dogmatismo e a inexperiência de gestão criaram uma conjuntura caótica nos incipientes circuitos comerciais e na movimentação portuária, enquanto a ligação cidade–campo se tornou cada vez mais difícil. As primeiras observações críticas e sugestões de flexibilidade econômica foram acusadas de “desvios burgueses”.

A moeda nacional – o kwanza, nome inspirado pelo do maior rio de curso inteiramente angolano – foi lançada em 1976, mantendo a mesma paridade do antigo escudo colonial em relação ao dólar (cerca de 30 escudos por 1 US\$). A operação de troca da moeda revelou, naquela ocasião, a modesta capacidade financeira das pessoas: apenas 2% trocaram acima de 200 mil escudos angolanos, conforme nos revelaram altos funcionários do Banco Nacional e Ministério do Plano. Esta percentagem correspondia à camada de população local relativamente privilegiada e indica a saída do país pelos detentores de grandes fortunas, ou seja, pelos “metropolitanos”.

No entanto, em curto espaço de tempo, uma enorme massa monetária passou a ficar ao alcance de número importante de cidadãos, produto de gratuidade ou modicidade dos custos de vários serviços (aluguéis de imóveis, transportes, saúde e medicamentos) e, nos casos da nova camada superior – de características

semelhantes ao que J. Bayard (1989) classificou de “classe-Estado” –, atribuição de privilégios nos domínios da habitação e de despesas gerais.

Estes fatores, aliados à redução drástica da oferta de produtos de base, geraram um enorme desequilíbrio entre massa monetária e oferta de bens, mesmo os essenciais, criando a pressão que rapidamente conduziu ao racionamento. Um racionamento socialmente diferenciado, pois, aos primeiros privilégios referidos, vai acrescentar-se um abastecimento especial de artigos cujos preços não apresentavam qualquer relação com a situação real do mercado.

A moeda entrou num processo de erosão constante, tornando indispensáveis sucessivas emissões de notas com cortes de zeros em relação às precedentes.

Após uma breve interrupção nos meses seguintes à independência, a extração petrolífera foi retomada e começou a expandir-se, ao mesmo tempo que se assinalavam quedas da ordem do 90% em todos os demais setores produtivos e a redução dos circuitos comerciais em proporções próximas desta porcentagem.

A economia angolana acentuou o perfil de quase monoprodutora, e o petróleo passou a financiar tudo: importações alimentares para substituir a produção perdida, reposição de algum equipamento e esforço de guerra, cuja intensidade aumentou nos anos 1970 e 1980. No entanto, os combates não atingiram áreas centrais da economia.

As más *performances* econômicas e sociais, características desses anos, foram explicadas por muitas faixas de administração pública e gestão empresarial como causadas pela guerra, mas até altos dirigentes se opuseram a tais explicações, muitas vezes meros disfarces dos problemas de base: excesso de propriedade estatal e déficit de recursos humanos de bom desempenho.

Em 1986, Angola sofreu o choque da queda dos preços do petróleo, que lhe fez perder cerca de 700 milhões de dólares em relação às previsões. A capacidade de importação de alimentos foi drasticamente reduzida, e os inevitáveis fenômenos de aumento da penúria e aumento dos preços agravaram-se.

Em 1987, o governo lançou o Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) e candidatou o país à entrada no Fundo Monetário Internacional (FMI), mas as hesitações em abandonar os dogmas ideológicos impediram as reformas urgentes, reclamadas até pelos setores do próprio partido governante mais atentos à realidade.

Nestes termos, Peter Meyns (1984) já tinha observado que

o governo do MPLA considera o fim das ações de guerra, inclusive das atividades por parte de organizações dissidentes, como premissa para um futuro bem-sucedido da economia. As análises aqui apresentadas levam, porém à conclusão de

que o termo das ações de guerra constitui uma condição necessária, mas de modo algum suficiente para o desenvolvimento da economia angolana. As características estruturais da economia subsistirão para além das ações de guerra, (...) está em causa, no fundo, um problema conhecido não apenas em Angola, mas em numerosos outros países, a saber, o fenómeno da burocratização de sistemas económicos dominados pelo Estado.

Até a liberalização dos preços em setembro de 1990 (e emissão de notas com correções nos zeros), a tendência descreveu uma espiral para os preços nos mercados informal e paralelo.

Em termos comparativos, um texto de 1984 produzido pela central sindical do regime (UNTA, 1984) assinala que uma família urbana com renda de Kz 8 mil mensais necessitava de Kz 13 mil para fazer face às necessidades essenciais.

Quatro anos depois, os salários pouco evoluíram, e o conjunto alimentar básico, a preços dos mercados paralelos, ascendia a Kz 150 mil. Em Luanda, a necessidade de preencher a diferença lançou praticamente toda a população em “esquemas” e “candongas” (expressões locais para designar esta busca de renda), onde tudo se vendia e tudo se trocava. Atividades ilícitas em qualquer país eram, na Angola deste período, mero recurso de sobrevivência .

Oficialmente o dólar continuava a valer Kz 30, e, no paralelo, chegou a ultrapassar, em 1988, Kz 2 mil. A massa monetária em circulação era tão desproporcional à existência de produtos que o SEF assinala um quadro no qual se “deixou pateticamente a população com soma de numerário sem possibilidade de aplicação”.

Em setembro de 1990, o MPLA prepara-se para aceitar o multipartidarismo e a economia de mercado; as negociações para o cessar-fogo prosseguem e o bloco soviético desaparece. Angola já faz parte do FMI, que exige medidas de ajuste estrutural urgentes.

É esse o âmbito de lançamento do novo kwanza – na verdade outra emissão de notas com cortes nos zeros depreciativos –, cujo objetivo fundamental era retirar da circulação 95% da massa monetária, mediante um depósito compulsório no momento da troca.

Os efeitos sobre os preços foram de imediato fulminantes, dada a súbita falta de liquidez dos consumidores.

No entanto, a ausência de estoques reguladores e os pagamentos dos salários dos meses seguintes novamente estabeleceriam assimetrias brutais, mesmo tendo o governo promulgado uma nova tabela de preços, com valores maiores que a anterior.

Em setembro do ano seguinte, a conjuntura recua para os contornos anteriores à troca da moeda, com uma exceção: o dólar não ultrapassará o valor de Kz 1 mil no câmbio paralelo.

Em 1990 e 1991, começam a ser disponibilizados resultados de inquéritos oficiais sobre a evolução dos preços e das várias camadas de consumidores que, embora indicativos, fornecem preciosas ordens de grandeza, tanto para estes dois anos como para os anteriores.

Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês, The United Nations Children's Found – UNICEF) na capital – tornado público em finais de 1990 – estabelecia a existência de dez níveis de consumidores e colocava em Kz 30 mil o nível de pobreza, sendo de Kz 16 mil a pobreza extrema. Só o décimo nível aparecia em condições de fazer face, com o seu salário, à cesta básica alimentar completa a preços dos mercados.

Sendo Kz 30 mil um montante salarial já invulgarmente alto na época, é evidente que não era este que assegurava a existência da esmagadora maioria.

Assim, o recurso a atividades à margem do emprego normal tornou-se moeda corrente, desde a negociação de qualquer tipo de serviço, dos mais modestos aos altos favores, até troca monetarizada de produtos.

Parte das aquisições nas lojas oficiais a preços subvencionados nos anos 1980 era revendida no mercado informal para completar o salário, mas, neste pormenor, é importante estabelecer uma diferença entre as lojas oficiais “normais” e as “complementares”.

Aquelas apresentam um reduzido leque de produtos e, para os cerca de 400 mil detentores de cartões de abastecimento em Luanda – como para os aproximadamente 500 mil no resto do país –, de pouco servia sua utilização (GONÇALVES, 2010).

O índice de preços ao consumidor – IPC (INE, 1992) assinalava que 78% dos consumidores de Luanda no início dos anos 1990 abasteciam-se nos mercados informais, contra 16% nas lojas oficiais e 5% nas “lojas complementares”, onde as aquisições se faziam em divisas.

Em termos de mão de obra, inquéritos oficiosos, mas utilizados como ordem de grandeza válida por organismos oficiais e organizações não governamentais (ONGs), assinalam que, também no começo dos anos 1990, as pessoas que “trabalham por conta própria” representam 35,4% da força de trabalho de Luanda, enquanto as percentagens das empresas estatais e das empresas privadas são respectivamente de 30,2 a 10,9%, também em Luanda (STENMAN, 1992); ou seja, o desemprego na capital do país seria da ordem de 23,5%.

Por sua vez, o IPC dos primeiros nove meses de 1991 assinalava um aumento global de preços de 94,91%. A elevação mais significativa registrou-se nas lojas em divisas (205,93%), pouco influentes no índice global dada a exiguidade de seus consumidores. As lojas oficiais praticaram aumentos de 97,82%, e o comércio “paralelo” foi o que menos aumentou: 86,30% (INE, 1992).

Em novembro e dezembro de 1991, o governo pôs em vigor dois pacotes financeiros, incluindo uma nova taxa de câmbio oficial do kwanza (180 por dólar) e a compra, pelo Banco Nacional de Angola, de divisas a particulares a uma taxa próxima do paralelo (que atingia em dezembro máximas de Kz 1 mil por dólar).

Os preços foram liberalizados, com cinco exceções que se mantiveram subvencionadas, o que causou subida vertical dos preços nas lojas oficiais. Ainda assim, estes continuaram em geral mais baixos que no informal, onde a oferta continuava mais variada.

No final de 1991, os salários na função pública e em várias empresas tiveram aumento multiplicado em média entre cinco e sete vezes. O principal efeito que o governo MPLA procurava obter era a remonetarização do salário, ou seja, o fim da revenda de produtos subvencionados como complemento salarial. A moeda, porém, ainda teria nova emissão de notas corretivas, com designação alterada de novo kwanza para kwanza reajustado. Só em 13 de dezembro de 1999 voltaria a simplesmente kwanza, com um corte de seis zeros – ou seja, um milhão –, início de trajetória mais estável.

4 INFORMAL E PARALELO

Para a operacionalização deste capítulo, são definidas como informais as atividades baseadas em instalações provisórias ou sem instalações fixas, que têm escassas relações com o sistema fiscal e oferecem produtos nas faixas da grande demanda. Por paralelas entende-se a busca de renda por vias delinquentes.

Embora sejam definições com bastante lacunas, que não ganharam total aceitação no estado atual do conhecimento socioeconômico, a distinção é importante em virtude das diferenças nos volumes financeiros que as respectivas atividades promovem e dos efeitos distintos a que conduzem.

Na composição do paralelo, o contrabando diamantífero atingiu, durante todas as fases de guerra, montantes equivalentes ao comércio legal do produto, tendo diminuído bastante nos anos seguintes, embora se mantenham atividades de garimpo promotoras de elevados lucros.

Outra componente do que entendemos por paralelo está no desvio de recursos públicos, sobrefaturações em fornecimentos e outros delitos financeiros, igualmente geradores de altas rendas.

A existência em Angola de um setor informal vem de longa data e, em dados momentos, seu impacto provocava protestos do comércio formal. Uma pesquisa histórica torna-se necessária para localizar as origens do fenômeno, que se revela bem patente em todas as fases da presença colonial, mas desde já se pode aqui chamar a atenção para a “informalização” em larga escala da atividade econômica colonial no período que se seguiu à abolição da escravatura.

Este fato caracterizava-se já pela ausência tanto de incidências fiscais quanto de estruturas empresariais, em boa parte dos movimentos de troca, constituindo os comerciantes ambulantes (conhecidos como “pombeiros”) seus agentes centrais.

A partir de começo do século XX, as quitadeiras (palavra decorrente de “quitanda”) assumiram dimensões de verdadeira camada social, que, por um lado, mantinha contatos com a produção tradicional e, por outro, fazia, em vários produtos, uma séria concorrência ao comércio controlado pelos colonos.

Tal como hoje, a mulher assumiu sempre um papel fundamental na economia informal e, às vezes, não apenas nesta (REIS, 1985). Este papel exercido em zona urbana tinha seu equivalente na conhecida função da mulher na agricultura da maior parte das etnias angolanas.

Para as autoridades coloniais, a existência e o volume do setor informal representavam um desafio que as incitava à tomada de medidas “disciplinadoras” e integradoras, cujos resultados só atingiram os seus objetivos na década de 1940 e, de forma mais elaborada, em meados dos anos 1960.

O alargamento das redes administrativa e comercial coloniais daria ao regime os meios para impor as regras, generalizando o imposto ou fazendo intervir a polícia, antes de aumentar e modernizar os mercados urbanos e criar os mercados rurais.

No ano da transição para a independência, o setor informal era diminuto, mas a tendência para as práticas informais penetrou o conjunto das pequenas empresas, do artesanato e do comércio das quitadeiras, com ausência de contabilidade ou de caráter voluntariamente incompleto, com omissões na quantificação da mão de obra e o recurso à atividade ambulante.

Cerca de dois anos após a independência, esse contexto institucionalizou-se, inicialmente, com três elementos que deram origem a um discreto e envergonhado mercado informal, conforme especificado a seguir.

- 1) As viagens oficiais ao exterior, com as respectivas ajudas de custo e subsídios, multiplicaram-se e serviam para aquisição de bens não disponíveis no país; a maior parte era consumida em nível familiar, mas certas parcelas começaram a ser objeto de troca.

- 2) Nas empresas estatizadas, as comissões de gestão e as comissões sindicais apropriavam-se de parte da produção para consumo próprio e troca ou venda aos amigos.
- 3) Nos portos e nas maiores empresas e armazéns, os roubos apresentaram progressão geométrica.

Os dois primeiros casos revelam a intervenção da “classe-Estado” em formação, e, ainda que fosse prudente esconder a posse de certos bens, as facilidades para sua obtenção eram grandes. No terceiro, era prática de trabalhadores de base e todas as tentativas foram feitas para reprimi-lo.

Em todos os casos, porém, a comercialização ainda ocupava espaço inferior ao consumo próprio, embora a troca direta tenha desde o começo ganhado dimensão e fosse vista como “entreaajuda”.

Luanda e o Norte sofreram mais cedo os efeitos do desabastecimento, e as carências alimentares nos principais centros do Sul deram lugar a um sistema de trocas que merece, efetivamente, a designação de entreaajuda. Neste caso, os produtos trocados eram principalmente resultantes da produção local, situação prevalecte pelo menos até 1979.

Estes quatro primeiros anos de independência são de capital importância para a compreensão da trajetória econômica angolana e para o papel que o mercado informal não cessará de desempenhar, até hoje, embora ao longo dos anos tenha aceiteado algumas normas formais, criando uma situação híbrida, característica de cidades africanas de muitos países. Por exemplo, o número de empresas informais registradas aumenta, algumas até pagam impostos, mas as declarações de resultados continuam repletas de omissões.

O informal desencadeado naqueles anos é fruto da penúria que se instalou. A falta de pão dava lugar a requisições às padarias, feitas pelas repartições ou empresas públicas, e a distribuição era efetuada no local de trabalho; a simples notícia de que “estão a sair coisas” em determinado lugar provocava uma correria causadora de absentismo no trabalho e queda da produtividade; a distribuição dos cartões de abastecimento e fixação das respectivas lojas conduzia a esquemas para “conseguir mais um pouco”.

A palavra “esquema” passará inclusive a ser sinônimo de atividade paralela, quer se refira a operações de troca, de venda (ainda) camuflada ou obtenção de “cunhas” (padrinhos). A generalização posterior do fenômeno fará aparecer a “candongá” como designação mais corrente, após durante algum tempo se ter vulgarizado “matança” (derivado de “os preços estão a matar”).

Outro componente que reforçou o mercado informal surgiu por volta de 1980, ao instituir-se em diversas empresas o “autoconsumo”, ou seja, a atribuição de produtos aos trabalhadores como complemento do salário. Parte deles será consumido em nível familiar, mas um volume crescente destinar-se-á a venda. Dois produtos ganharão destaque: os cigarros e a cerveja. Ao mesmo tempo, o câmbio paralelo de divisas atingiu um ponto irreversível. Tanto a importância do tabaco e bebidas como da troca do dólar serão constantes em todo o evoluir da “paralelização”.

Foram assim criadas, em menos de cinco anos, as condições materiais e sociais dos mercados informal e paralelo, que vão florescer durante toda a década de 1980 até se tornarem dominantes: a “candonga” passou a ser exercida em mercados rudimentares, mas em plena rua.

Em 1984, a polícia lançou uma operação na qual incendiou vários mercados informais de Luanda, obtendo como resultado o aumento das dificuldades de abastecimento na capital. Dias depois, os mesmos mercados reapareceram noutros locais e não voltaram a ser incomodados.

No mesmo ano, desenrolou-se um espetacular julgamento – o “processo 105” –, em que foram julgados contrabandistas de diamantes e detentores de moeda estrangeira, os quais vários setores do regime tentaram responsabilizar pela crise econômica.

O julgamento tornou possível conhecer alguns meandros da mais rentável das atividades paralelas – o comércio ilícito de diamantes – e revelou expedientes a que tinham de recorrer algumas empresas privadas junto a altos funcionários. Mas deixou claro também que a crise não encontrava ali nenhuma explicação.

Em 1985, dez anos após a independência, o centro comercial de Luanda deslocou-se da Baixa para os subúrbios, onde se implantaram os “mercados”.

Por essa altura, a informalidade entrou nos transportes rodoviários, de passageiros ou de carga, como resposta ao déficit de transporte público, atingido pela crônica deficiência na manutenção ou por ser alvo de destruições em guerra. Em Luanda, rapidamente o setor informal passou a assegurar o transporte da maior parte dos passageiros e de mercadorias, a preços eventualmente cem vezes superiores às tarifas oficiais.

Utilizando todo o tipo de viaturas, umas recuperadas nas oficinas, e a maior parte adquirida em segunda mão no estrangeiro (sobretudo na Bélgica), a atividade é, até hoje, das mais lucrativas de todo o setor informal, e o popular “candongueiro” tornou-se indispensável no transporte coletivo urbano.

Nos outros ramos de transporte, a penetração da propriedade informal tem sido quase impossível, dado o caráter de capital intensivo dos setores ferroviário, marítimo e aéreo. Apesar disso, neste último, seus efeitos far-se-ão sentir até hoje por meio de pagamentos suplementares importantes para obtenção de validação ou mesmo emissão fraudulenta de bilhetes.

No domínio habitacional, a construção paralela tornou-se regra geral, já que a guerra acentuou o êxodo rural, e a resposta das estatais do ramo foi também modesta.

Daí resultou uma autoconstrução desordenada, com forte “candonga” de materiais, ausência de critérios de urbanização ou saneamento público, fazendo surgir novos subúrbios com milhares de habitantes. Aqui, a água é objeto de ampla venda em caminhões, tendo seu preço aumentado 63,9% entre novembro de 1990 e maio de 1991, segundo o IPC deste último mês.

As fronteiras, como sempre, constituem zonas muito procuradas pelo mercado informal e pelo paralelo. A congoleza (zaireense na altura) foi um ponto de troca entre produtos importados por Angola, como leite e medicamentos, por cerveja zaireense e, sobretudo, aparelhagens de som. No sul – e apesar da guerra –, a fronteira namibiana nunca deixou de ser ponto de contato entre populações da mesma etnia, e a atividade comercial consistia principalmente na venda de gado angolano no norte da Namíbia para aquisição, com os rands obtidos, de roupa, bicicletas etc.

Após a independência da Namíbia, as trocas deste gênero tornam-se mais intensas, começando, de modo geral, também a evoluir um fluxo comercial em direção à província da Huíla, distante 400 quilômetros da fronteira.

Durante a guerra, a Unita criou “santuários” no sudeste, a partir dos quais, pôde incrementar suas atividades, e o Estado criado *de fato* por este partido procurou também monopolizar a vida econômica: o abastecimento às populações que controlava era totalmente assegurado por ele, e a livre troca de bens da propriedade tradicional tornou-se inviável. Mesmo a propriedade tradicional passou a funcionar de acordo com as normas que a Unita considerava compatíveis com o esforço de guerra.

Quanto ao seu relacionamento econômico com o exterior – excluindo a ajuda dos seus aliados –, a Unita estabeleceu vias de troca para obtenção de produtos e de divisas. Neste domínio, efetuou várias operações em que forneceu diamantes, madeira e marfim em troca de diversas mercadorias.

Ficaram mais conhecidas as operações efetuadas com homens de negócios portugueses instalados na África do Sul, as quais contribuíram bastante para o reforço de suas fortunas pessoais.

5 PÓS-GUERRA

O petróleo manteve o caráter decisivo que adquiriu nos últimos anos da economia colonial. As receitas petrolíferas, sobretudo nos anos posteriores ao fim da guerra (2002), foram centrais até para uma maior integração nacional, exercendo força centrífuga por intermédio do financiamento orçamental, reparação de vias e extensão espacial do mercado interno.

Ao mesmo tempo, um fenômeno causador de grandes sacrifícios sociais revelou-se poderoso elemento de integração. O elevado número de deslocados de guerra – chegou a falar-se de 4 milhões no meio da década de 1990, uma das maiores tragédias da guerra pós-eleitoral de 1992 – colocou comunidades em contato, deu lugar a uma numerosa geração nascida longe das terras dos ancestrais e colocou cerca de dois terços da população em zonas urbanas e seus subúrbios.

A receita petrolífera subiu proporcionalmente ao aumento da produção – da ordem média de 450 mil barris diários, na década de 1980, a 1,8 milhão, em 2009 – e à subida dos preços, principalmente entre 2004 e 2008.

Nesse mesmo período, a produção diamantífera passou a ter melhor controle contratual e encaminha-se para os níveis de extração do fim da época colonial, na faixa dos 2 milhões de quilates anuais.

As taxas de crescimento econômico a dois dígitos, verificadas entre 2003 e 2008, e a redução da inflação de três para dois dígitos consagram os efeitos daquelas receitas. A própria moeda, que atingiu níveis de desvalorização astronômicos na década de 1990, passou a oscilar de forma menos brutal. Antes da crise mundial de 2008, o câmbio oficial situava-se na faixa dos Kz 75 por dólar, e, no final de 2010, na de Kz 90 por dólar.

De um PIB da ordem de US\$ 11 bilhões em 2001, Angola passou a cerca de 60 bilhões em 2007, segundo projeções do Ministério do Planeamento referidas no Relatório Econômico de Angola (UCAN, 2007), e aos já referidos US\$ 87,5 bilhões em 2010.

As exportações, que se situavam na ordem de US\$ 8,3 bilhões em 2002, passaram para US\$ 39,6 bilhões em 2007 (UCAN, 2007, citando os ministérios do Plano e do Petróleo e o Banco Nacional). A percentagem do saldo comercial externo em relação ao PIB oscilou em torno dos 27%, nos anos de 2005 e 2006, e aproximou-se dos 25% em 2007 (*op. cit.*).

A construção, indicador importante de qualquer conjuntura e que, em Angola, conheceu anos de contração, registrou acréscimos de 30%, em 2006, e 37,1%, no ano seguinte (*op. cit.*) – portanto, mais do que o dobro dos crescimentos percentuais dos dois anos precedentes.

Os setores não petrolíferos acusaram, no mesmo período, a maior progressão desde a independência. Todavia, trata-se apenas de melhoria percentual cujos pontos de partida – no sentido atribuído por William Easterly (2004) – estiveram perto de zero, ou seja, os desequilíbrios em relação à extração permaneceram acentuados, mantendo-se as insuficiências na manufatura em geral (inclusive de origem agrícola). Dois setores indispensáveis ao crescimento diversificado – agricultura e manufatura – revelam estatísticas modestas até 2008, e a percepção por observação de mercado nos dois anos seguintes não permite prever, até aqui, melhorias capazes de impactar nos níveis de oferta ao consumidor. Apenas um ou outro produto (por exemplo, água mineral ou milho e o cereal tradicional designado por massango, em certas regiões) conseguiram este impacto.

A modéstia da produção industrial e agrícola decorre da fraqueza do empresariado. Desde os “mercados rurais” coloniais que a mentalidade dos agricultores é pouco mais que autossustentação, e a agravante em relação a este período é que hoje a população rural é menos de metade do que então era.

A evolução de parte considerável do empresariado informal – em conhecimentos e capitalização – para níveis de pequena e média empresa industrial ainda não se produziu. O setor informal continua muito forte na troca e muito débil na produção. Neste quadro, há duas áreas em que o Estado é insubstituível em países como Angola. Trata-se das infraestruturas e do desenvolvimento social.

Desde logo, no primeiro caso assiste-se ao insuficiente e irregular abastecimento de energia elétrica e água. Os cortes frequentes no abastecimento destes produtos, além de geradores de desconforto, fazem subir os custos de produção. Mesmo que as famílias e os empresários não investissem em meios alternativos, a simples redução da produção com os sucessivos cortes no fornecimento significaria aumento de custos reais. São fatores adicionais que exercem efeitos de encolhimento no mercado interno, principalmente quando coincidem com salários em atraso.

A abertura ou reparação de estradas é um dos dados importantes que apontam sem dúvida para crescimento, enquanto a concretização, mesmo parcial, de projetos habitacionais irá na mesma direção.

A percentagem somada dos itens de despesas sociais previstas nos orçamentos pós-guerra assinala um enorme avanço comparado com os anos 1990. Mas, de novo, os pontos de partida sendo historicamente tão baixos, os 8% dedicados à educação não invertem com rapidez o déficit em recursos humanos.

No mercado de trabalho, as estimativas mais moderadas apontam, no conjunto do país, para uma taxa de desemprego em torno de 25% (semelhante à África do Sul), com um subemprego da mesma ordem de grandeza. O setor

petrolífero é gerador de pouco emprego, portanto, o “não petrolífero” é a chave para alargar oportunidades.

Na medida em que a criação de empregos constitui base de todo desenvolvimento social, a economia angolana tem o mesmo desafio de outras economias petrolíferas: transferir recursos do petróleo para diversificação setorial.

No início do segundo semestre de 2010, o dado de maior relevo era a existência de US\$ 9 bilhões em reclamações sobre atrasos de pagamentos por obras enquadradas no orçamento, dos quais US\$ 6,8 bilhões confirmados pelo Ministério das Finanças, que anunciou um calendário para pagamento das dívidas contraídas entre outubro de 2008 e agosto de 2009. Aqui está um dos efeitos da crise mundial deflagrada em 2008 nos Estados Unidos e que atingiu as contas angolanas nos dois anos seguintes.

A súbita redução das receitas com a queda do preço do petróleo provocou – além da dívida a prestadores de serviço e atrasos em pagamentos salariais – alterações maiores no Orçamento Geral do Estado (OGE) que, em 2010, após revisão, situou-se no equivalente a 43 bilhões de dólares norte-americanos, num PIB da ordem dos 87 bilhões, conforme referido.

A fim de garantir o pagamento dos funcionários em 2009, o orçamento desse ano marcou uma redução das despesas relativas à formação bruta de capital fixo (FBCF) de 35,5% para 31,4%, enquanto as despesas com pessoal subiram de 14,5% para 26,7%.

“Esta situação tornou-se um problema quando vemos que o orçamento para 2010, claramente mais dotado que o de 2009, diminui o peso das despesas em FBCF para 23,8% das despesas totais contra um aumento das despesas com pessoal que passa a representar 27,7% dos gastos” (ADRA, 2010).

Segundo a mesma fonte, tal “redução da importância dos investimentos em infraestruturas poderá causar atrasos no processo de estruturação do país, diminuindo o potencial de crescimento econômico e a taxa de emprego estrutural”.

Em outro registro, a crise mundial sublinha distorções internas: a diminuição de recursos para importação de bens voltados para a demanda final tem efeitos multiplicados pela insuficiência ou ausência de produção interna destes bens, em grande parte dos quais o país pode ser autossuficiente.

É um dos dados que estimulam surtos especulativos, com incidências na taxa de inflação, prevista para o conjunto de 2010 em torno dos 13%.

6 CONCLUSÃO

Essa trajetória histórica fez de Angola a segunda da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (em inglês, Southern African Development Community – SADC), e a segunda exportadora de petróleo a sul do Saara, a curta distância da Nigéria.

A economia angolana manteve o caráter extrativo do período colonial e deu lugar ao nascimento de uma camada nacional de proprietários, detentores de importantes meios financeiros com impacto em empreendimentos em vários níveis que, em muitos casos, dão lugar a parcerias com o capital externo.

As relações dessa camada com o Estado foram determinantes para ela se constituir e, até hoje, para se consolidar. Daí a tendência, em grande parte da sociologia sobre África, de se manter a designação de “classe-Estado”.

Os níveis de renda, no entanto, são diversos dentro desse segmento, e os métodos de acumulação de capital apresentam diferenças por vezes substanciais, duas indicações de que não se trata de uma classe homogênea.

Esse processo de estratificação social configura outra camada no seio da qual há também distintos níveis de renda, de formação profissional e posição hierárquica na numerosa administração e empresas públicas: funcionários, empregados e técnicos, com vínculos empregatícios tão sólidos quanto isto é possível na atual fase do capitalismo, onde quer que seja.

Na base da pirâmide está a maioria da população suburbana e a quase totalidade da rural, que tem baixa renda e débil acesso a serviços essenciais. Os 36,6% classificados no IBEP (ANGOLA, 2010) abaixo da linha da pobreza subiriam para metade da população se os organismos internacionais fizessem uma ligeira correção definidora, passando a linha de 2 para 3 dólares diários.

Contudo, mesmo sem essa atualização, o referido índice fornece outros dados esclarecedores: 90,9% da população vivem em habitações de “condições inapropriadas”. Nas cidades, 66,3% destas habitações têm luz elétrica; nas zonas rurais, 8,6%. A água chega a 59,7% dos domicílios urbanos e a 31,1% dos rurais, sempre se exigindo tratamento pelo consumidor.

Não há dados comparativos tão completos para décadas precedentes, pós-coloniais ou coloniais, o que dificulta avaliar que tipo e ritmo de progresso se verificam.

Angola apresenta, assim, uma economia muito descompensada, tanto nos efeitos sociais que produz quanto nas vulnerabilidades existentes, bem como nos potenciais que não concretiza. Três aspectos interligados que definiram, durante algumas décadas, o “terceiro mundo”, e hoje definem o bloco que a ONU classifica de “países menos avançados” (PMA).

REFERÊNCIAS

ADRA AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Análise da proposta de OGE 2010**. Luanda, ago. 2010.

ANGOLA. **Programa de governo**. Luanda, 1993.

_____. **IBEP – Índice do bem estar da População**. Luanda: Governo da República de Angola, 2010.

BAYARD, J.-F. **L'État en Afrique, la politique du ventre**. Paris: Fayard, 1989.

BM – BANCO MUNDIAL. Angola at a glance – 2008. **The Development economics LDB data base**, 12 set. 2009.

EASTERLY, W. **O espetáculo do crescimento**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EIU – THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Angola, country profile**. London, Sept. 2010.

GONÇALVES, J. **Franco atiradores: o informal e espontâneo nas vias de abertura em Angola**. Luanda, 2010.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Índice de Preços ao Consumidor**. Luanda, 1990.

MEYNS, P. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 2, 1984.

REIS, M. C. **Representation de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la generation de années 50 en Angola**. Paris: Unesco, 1985.

STENMAN, A. **Discriminação e segmentação do mercado de trabalho – Luanda 1992**. Luanda: Asdi, 1995.

UCAN – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA. **Relatório sobre a economia de Angola**. Luanda, 2007.

UNTA – UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS. **Tese ao I Congresso**. Luanda, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGOLA. **OGE – Orçamento Geral do Estado**. Luanda: Governo da República de Angola, vários anos entre 2004-2010.

KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.